

Câmara Municipal de Nova Friburgo

Estado do Rio de Janeiro

ANEXOS 16 E 17 DA LEI 4.320/64

16-A - Demonstração da Dívida Fundada Interna

16-B - Demonstração da Dívida Fundada Externa

17 - Demonstração da Dívida Flutuante

(Anexo I, Itens 13 e 14 da Deliberação TCE nº 277/17)



CAMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

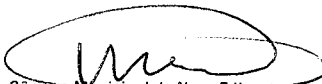
Rua Farinha Filho, 50
Centro
NOVA FRIBURGO
RJ


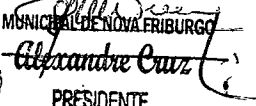
LEI Nº 4.320/64


Demonstração da Dívida Fundada Interna - Anexo 16 A

Balanço 2017

Autorização				Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte	
Títulos	Leis (Nº e Data)	Qtd.	Valor da Emissão (R\$)		Inscrição	Baixa	Quantidade	Valor (R\$)
Dívida Fundada Interna - INSS				1.610.032,13	0,00	0,00		1.610.032,13
TOTALIS				1.610.032,13	0,00	0,00		1.610.032,13


Câmara Municipal de Nova Friburgo
Walter Inacio da Silva
DIRETOR DE CONTABILIDADE
TÉC. EM CONTABILIDADE
CRC-RJ 041086/O-7


CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ALEXANDRE CRUZ
PRESIDENTE


Câmara Municipal de Nova Friburgo
Natacha Cereja Gambini
TESOURARIA
MATR 349



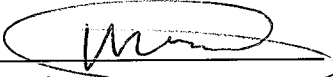
CAMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO


Rua Farinha Filho, 50
Centro
NOVA FRIBURGO
RJ

LEI Nº 4.320/64

Demonstração da Dívida Fundada Externa - Anexo 16 B Balanco 2017

Orgão: Câmara Municipal de Nova Friburgo								
Autorização				Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte	
Titulos	Leis (Nº e Data)	Qtd.	Valor da Emissão (R\$)		Inscrição	Baixa	Quantidade	Valor (R\$)
NÃO HOUVE MOVIMENTAÇÃO								
TOTAIS								


Câmara Municipal de Nova Friburgo
Walter Inacio da Silva
DIRETOR DE CONTABILIDADE
TÉC. EM CONTABILIDADE
CRC-RJ 041086/O-7


CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
Alexandre Cruz
PRESIDENTE


Câmara Municipal de Nova Friburgo
Natacha Cereja Gambini
TESOURARIA
MATR 349



Câmara Municipal de Nova Friburgo

Estado do Rio de Janeiro

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal de Nova Friburgo, exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Embasamento Legal: Lei 4.320/64; NBCASP; Parte V – DCASP, 7ª Ed. MCASP; NBC/CFC, Deliberações TCE-RJ nº 277/17, com seus anexos e quadros e legislação correlata.

NOTA EXPLICATIVA Nº 11

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Anexo XVI-A da Lei nº 4.320/64

O Anexo XVI-A, Demonstrativo da Dívida Fundada Interna evidencia um saldo anterior de R\$ 1.610.032,13 (um milhão, seiscentos e dez mil, trinta e dois reais e treze centavos) - INSS. Não houve baixa no Exercício, permanecendo este mesmo saldo para o Exercício seguinte.

O valor em questão vem se apresentando sem movimentação desde o ano de 2007, devido ao Agravo Interno ao Processo nº 20065100004451 – Juízo Federal da 1ª Vara de Nova Friburgo/RJ, que versa sobre Medida judicial. Destarte, a Contabilidade está impossibilitada de aplicar índices de correção, atualização e provisão.

Em anexo, resposta do Executivo Municipal quanto ao questionamento da Contabilidade referente à perpetuação dos valores e a atual situação do Processo judicial.

Câmara Municipal de Nova Friburgo
Walter Inacio da Silva
DIRETOR DE CONTABILIDADE
TÉC. EM CONTABILIDADE
CRC-RJ 041086/O-7

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
Alexandre Cruz
PRESIDENTE
Câmara Municipal de Nova Friburgo
Natacha Cereja Gambini
TESOURARIA
MATR 349



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nova Friburgo, 14 de dezembro de 2011.

OFÍCIO Nº. 031/CONTAB/2011
Solicita Informação

Senhor Prefeito:

Tendo em Vista o Agravo Interno ao Processo nº 200651050004451 - Juízo Federal da 1ª V de Nova Friburgo /RJ, que versa sobre Medida Judicial. solicitamos de V.Exa. Informações quanto a dívida Legislativa Friburguense junto ao INSS, a fim de regularizar o Planejamento Orçamentário e o Bala Patrimonial da Câmara Municipal, que consignou na Conta "Dívida Fundada Interna - INSS", os seguintes valores nos Exercícios demonstrados a seguir:

EXERCÍCIO	VALOR INSCRITO (R\$)	VALOR PAGO (R\$)	VALOR CONSIGNADO NO BALANÇO (R\$)
2004	2.000.032,13	0,00	2.000.032,13
2005	2.000.032,13	190.000,00	1.810.032,13
2006	1.810.032,13	200.000,00	1.610.032,13
2007	1.610.032,13	0,00	1.610.032,13
2008	1.610.032,13	0,00	1.610.032,13
2009	1.610.032,13	0,00	1.610.032,13
2010	1.610.032,13	0,00	1.610.032,13

Atenciosamente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
SECRETARIA DE GABINETE

Recebido em: 22/12/2011 às 12h
NOME: Danielle Nova Friburgo
VEREADOR LUCIANO CAMPOS FARIA
PRESIDENTE DA CÂMARA EM EXERCÍCIO

ASSINATURA / MATRÍCULA

AO EXMº SRº
SÉRGIO XAVIER DE SOUZA
DD. PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO
DE NOVA FRIBURGO - RJ

Câmara Municipal de Nova Friburgo
Walter Inacio da Silva
DIRETOR DE CONTABILIDADE
Téc. em Contabilidade
CRC-RJ 041086/O-7

Processo nº: _____
Fls: _____
Assinatura: _____

CÓPIA

PROTEÇÃO DE CONTAS - CAGE

CMNF / 2016 / FLS. 6



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
GABINETE DO PREFEITO**

Nova Friburgo-RJ, 04 de janeiro de 2012

Ofício GAB nº 008 /2012

Ref.: Ofício nº 031/CONTAB/2011 – Informação sobre Dívida Fundada Interna – INSS, da Câmara Municipal de Nova Friburgo.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

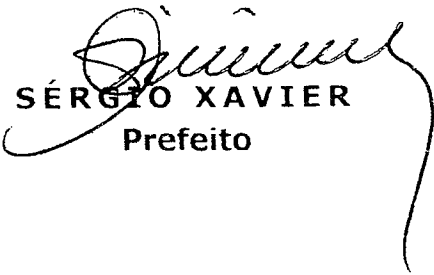
Cumprimento-o cordialmente e em resposta ao Ofício acima mencionado, recebido em 22/12/2011, com o propósito de informar a Vossa Excelência que a respeitável Sentença proferida pelo Juízo da 1ª Vara Federal de Nova Friburgo – Seção Judiciária do Rio de Janeiro ainda está pendente de liquidação.

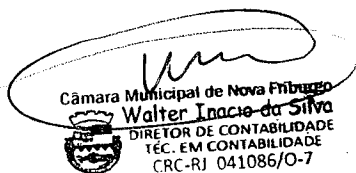
O Poder Judiciário declarou, de forma genérica e ilíquida, o direito de o Município de Nova Friburgo obter a restituição (ou eventual compensação) dos valores recolhidos a título de contribuição previdenciária patronal pelos ocupantes de cargos políticos (Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores), restando, porém, obter-se o *quantum* exato, por meio de liquidação de sentença.

São essas, Senhor Presidente, as informações que tenho a prestar em relação ao questionamento formulado em seu expediente, permanecendo este Poder Executivo à disposição para maiores esclarecimentos, caso necessário.

Aproveito o ensejo para externar votos de elevada estima e distinto apreço por Vossa Excelência e demais componentes dessa Honrosa Casa Legislativa.

Respeitosamente,


SÉRGIO XAVIER
Prefeito



**Excelentíssimo Senhor
Vereador LUCIANO CAMPOS FARIA
MD. Presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo**

PRESTAÇÃO DE CONTAS - GERENCIADOR
CMNF / 2016 / FLS. 212

Processo nº: _____
Fls.: _____
Assinatura

Câmara Municipal de Nova Friburgo

08-JAN-2012 15:35 020553 1/2



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

FL. _____

JFRJ
Fls 15

PROCESSO N. : 2009.51.05.003109-1
EMBARGANTE : UNIÃO/FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO : MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

SENTENÇA (TIPO A)

Vistos etc,

I

Cuidam os presentes autos de embargos à execução contra a fazenda pública, lastreado em título executivo judicial, consistente em sentença prolatada no processo de conhecimento n. 2006.51.05.000445-1, que acolheu parcialmente o pedido formulado pelo Município de Nova Friburgo para determinar a restituição de valores recolhidos à título de contribuição previdenciária patronal, no que diz respeito aos agentes políticos.

Aduz, em suma, a ausência de liquidez do título, vez que não procedida a liquidação dos valores que apenas genericamente a sentença reconheceu, bem como a inexistência de tais valores, tendo em vista o seu não recolhimento na época própria.

O município embargado não ofereceu impugnação (fls. 166).

O embargante, intimado, disse não ter provas para produzir e requereu o julgamento antecipado do feito (fls. 168-v).

O embargado, por sua vez, às fls. 163, em atenção ao despacho de fls. 172, disse que as planilhas acostadas no requerimento de execução são meros informativos, salientando

1


Câmara Municipal de Nova Friburgo
Walter Inacio da Silva
DIRETOR DE CONTABILIDADE
TÉC. EM CONTABILIDADE
CRC-RJ 041086/O-7



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

FL. _____

JFRJ
Fls 16

que, à época, os recolhimentos se faziam de forma consolidada, mediante repasse do FPM, não havendo recolhimento mediante GFIP's.

Despacho às fls. 279, deferindo ao Município o prazo de 60 dias para complementação de documentos.

Às fls. 180, o município reitera a inexistência de GFIPs, trazendo aos autos cópia dos extratos do FPM referente ao período onde supostamente teria havido recolhimento das contribuições previdenciárias sobre os subsídios dos gentes políticos.

A união se manifestou às fls. 258/259, pugnando pela imprestabilidade dos documentos juntados.

É o relatório. Decido.

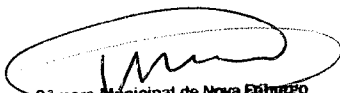
II

Trata-se de embargo execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, lastreada em título executivo judicial, a qual demanda o preenchimento dos requisitos de liquidez, certeza e exigibilidade, previstos no art. 586 do Código de Processo Civil.

Na espécie, o ponto crucial da controvérsia reside no aspecto de sua liquidez, tanto é que questionada pela embargante por entender inexistente em virtude de não precedida de antecedente liquidação, ao passo que o embargado, ficou inerte, sem que fosse formulado impugnação aos embargos, muito embora em tais casos não se reconheça os efeitos da revelia (TRF 5ª Região, AC 469094, Rel. Dês. Federal Manuel Maia, DJE de 02/09/2010).

Sucedee, entretanto, que em face da condenação inserta no título executivo judicial para repetição de indébito

2


Câmara Municipal de Nova Friburgo
Walter Inacio da Silva
DIRETOR DE CONTABILIDADE
TÉC. EM CONTABILIDADE
CRC-RJ 041086/O-7



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

FL. _____

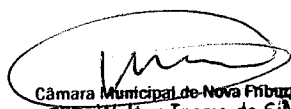
JFRJ
Fls 17

tributário, há que se rememorar as alterações engendradas no CPC pela superveniente Lei nº 11.232, de 22 de dezembro de 2005, entre as quais ficou evidente a contraposição dos sistemas de liquidação por artigos quando houver a exigência de comprovação de fato novo (art. 475-A e art. 475-E) e de meros cálculos aritméticos por memória discriminada quando dispuser de elementos suficientes para tanto (art. 475-B), sendo que uma é excludente da outra.

Com efeito, só há se falar em repetição de indébitos quando comprovados pela embargada os recolhimentos por ela feitos e que estes não estivessem respaldados em válidos fatos geradores, reclamando, portanto, a demonstração desse fato novo, a que se reporta o art. 475-E da lei processual civil, para, com base nas parcelas recolhidas indevidamente, ser aferida a liquidez do título pela quantificação de seu valor exato.

Essa conclusão é reforçada pelo teor do art. 475-A da lei instrumental, que torna obrigatória a liquidação quando não determinado pela condenação genérica o valor devido, exceto se houver elementos no processo de conhecimento que, com meros cálculos matemáticos, permita a projeção de seu valor.

Entretanto, ao perfunctório exame do feito executivo constata-se, de plano, que o embargado deixou de proceder à antecedente liquidação de sentença por artigos para comprovação daqueles fatos novos, circunstância que é confirmada pela sua implícita admissão. Ora, o próprio embargado salienta o caráter meramente informativos das planilhas e dos seus valores considerados no requerimento inicial.


Câmara Municipal de Nova Friburgo
Walter Inacio da Silva
DIRETOR DE CONTABILIDADE
TÉC. EM CONTABILIDADE
CRC-RJ 041086/O-7



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

FL. _____

JFRJ
Fls 18

São claramente insuficientes os cálculos aritméticos, acostados à inicial da ação executiva, para determinação de seu valor, visto que mera alegação, desprovida de qualquer prova, indicando importâncias que teriam sido recolhidas à autarquia previdenciária, é equivalente a nada alegar.

Destarte, emerge a cristalina conclusão no sentido de que a execução está visceralmente contaminada por nulidade, a teor do art. 586 c/c art. 618, inc. I, art. 475-A e art. 475-E, todos do Código de Processo Civil, o que dá ensejo à extinção do feito, sem resolução do mérito.

Nesse sentido, há precedentes na jurisprudência:

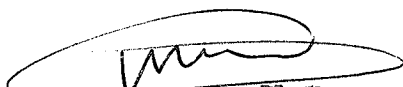
EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO PATRONAL INCIDENTE SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS DOS AGENTES POLÍTICOS. AUSÊNCIA DE LIQUIDEZ. COMPROVAÇÃO DO INDÉBITO. Em se tratando de execução de sentença relativa aos valores recolhidos indevidamente a título de contribuição previdenciária incidente sobre os subsídios pagos aos agentes políticos, a devolução do indébito deve se dar em relação aos valores efetivamente recolhidos ao INSS, cuja comprovação depende da juntada de cópias das guias da Previdência Social. (TRF 4ª Região, AC 00010901320094047103, Rel. Des. Fed. Joel Ilan Paciornik, D.E. 01/06/2010)

Descabe, por outro lado, a alegação de que o Município não dispõe das GFIPs, pois o preenchimento de tais guias se constitui em obrigação tributária acessória, pelo que estabelece a legislação da época (lei 8.212/91):

Art. 32. A empresa¹ é também obrigada a:
IV - declarar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço -

¹ Art. 15. Considera-se:

I - empresa - a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e fundacional;


Câmara Municipal de Nova Friburgo
Walter Inacio da Silva
DIRETOR DE CONTABILIDADE
TÉC. EM CONTABILIDADE
CRC-RJ 041086/O-7



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

FL. _____

JFRJ
Fls 19

FGTS, na forma, prazo e condições estabelecidos por esses órgãos, dados relacionados a fatos geradores, base de cálculo e valores devidos da contribuição previdenciária e outras informações de interesse do INSS ou do Conselho Curador do FGTS; (Redação dada pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

Não se vislumbra qualquer exceção ao município embargado quanto à obrigação acessória em questão, tanto é que sua inobservância deve ensejar autuação por infração à legislação tributária (TRF 5ª Região, AC 413064, Rel. Dês. Fed. Élio Wanderley, DE de 01/04/2008.)

III

Ante o exposto, JULGO procedente o pedido formulado nos presentes embargos, para declarar a nulidade da execução inserida nos autos do processo n. 2006.51.05.000445-1 .

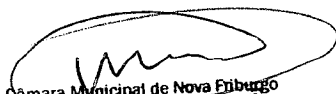
Condeno o município embargado em honorários advocatícios, este fixados, de forma equitativa, em R\$ 23.488 (vinte três mil quatrocentos e oitenta e oito reais), nos termos do art. 20, §4º, do CPC.

Sentença sujeita a reexame necessário (art. 475, I, CPC).

P.R.I.

Nova Friburgo, RJ, 17 de maio de 2011.

EDUARDO FRANCISCO DE SOUZA
Juiz Federal


Câmara Municipal de Nova Friburgo
Walter Inácio da Silva
DIRETOR DE CONTABILIDADE
Téc. em Contabilidade
CRC-RJ 041086/O-7

5

Data/Hora**Descr. do Movimento****Imprimir**

19/07/2011 15:00 Remessa, Carga Para TRF - 2ª Região por motivo de Processar e Julgar Recurso

18/07/2011 17:12 Devolução de Remessa

30/06/2011 17:07 Remessa, Carga Para Procuradoria da Fazenda por motivo de Vista

30/06/2011 16:41 Intimação de Despacho - Registro no Sistema

29/06/2011 14:30 Conclusão para Despacho - Apelação Recebida

29/06/2011 14:07 Intimação de Informação de Secretaria - Registro no Sistema

29/06/2011 14:04 Atos Ordinatórios / Informação da Secretaria para Informação de Secretaria

29/06/2011 14:03 Juntada

27/06/2011 18:08 Juntada - 2011.0501.001666-4 (protocolada em 27/06/2011 16:44)

27/06/2011 18:07 Devolução de Remessa

26/05/2011 15:31 Remessa, Carga Para Réu por motivo de Vista

24/05/2011 13:23 Movimentação Cartorária tipo Aguardando devolução de Mandado

23/05/2011 16:42 Devolução de Remessa

17/05/2011 14:35 Remessa, Carga Para Procuradoria da Fazenda por motivo de Vista

17/05/2011 13:49 Intimação de Sentença - Registro no Sistema

06/05/2011 13:17 Conclusão para Sentença

15/03/2011 15:41 Devolução de Remessa

15/02/2011 14:07 Remessa, Carga Para Procuradoria da Fazenda por motivo de Vista

11/02/2011 17:04 Devolução de Remessa

02/12/2010 19:14 Remessa, Carga Para Réu por motivo de Vista

24/11/2010 13:23 Movimentação Cartorária tipo Expedir Mandado

24/11/2010 13:17 Intimação de Despacho - Registro no Sistema

05/11/2010 12:49 Juntada

28/09/2010 17:04 Conclusão para Despacho - de Expediente

28/09/2010 17:02 Devolução de Remessa

09/09/2010 19:13 Remessa, Carga Para Réu por motivo de Vista

05/08/2010 18:35 Movimentação Cartorária tipo Aguardando devolução de Mandado

28/07/2010 17:45 Movimentação Cartorária tipo Expedir Mandado

28/07/2010 17:44 Devolução de Remessa

07/07/2010 18:36 Remessa, Carga Para Réu por motivo de Vista

01/07/2010 12:24 Intimação de Despacho - Registro no Sistema

29/04/2010 17:34 Conclusão para Despacho - de Expediente

12/02/2010 17:35 Intimação de Informação de Secretaria - Registro no Sistema

12/02/2010 17:34 Atos Ordinatórios / Informação da Secretaria para Informação de Secretaria

12/02/2010 17:33 Juntada

20/01/2010 11:33 Movimentação Cartorária tipo Aguardando devolução de Mandado

19/01/2010 18:35 Movimentação Cartorária tipo Expedir Mandado

12/01/2010 15:42 Devolução de Remessa

01/12/2009 16:48 Remessa, Carga Para Réu por motivo de Vista

26/11/2009 18:26 Intimação de Informação de Secretaria - Registro no Sistema

26/11/2009 18:06 Atos Ordinatórios / Informação da Secretaria para Informação de Secretaria

23/11/2009 17:46 Devolução de Remessa

29/10/2009 17:47 Remessa, Carga Para Procuradoria da Fazenda por motivo de Vista

19/10/2009 15:01 Intimação de Despacho - Publicação

16/10/2009 14:08 Conclusão para Despacho - de Expediente

15/10/2009 19:30 Devolução de Remessa

25/08/2009 19:06 Remessa, Carga Para Réu por motivo de Vista

20/08/2009 12:28 Intimação de Despacho - Publicação

17/07/2009 18:21 Conclusão para Despacho - de Expediente

17/07/2009 12:13 Remessa Interna-01ª Vara Federal de Nova Friburgo

17/07/2009 11:46 Distribuição por Dependência



CAMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Rua Farinha Filho, 50
Centro
NOVA FRIBURGO
RJ

LEI Nº 4.320/64

Demonstrativo da Dívida Flutuante - Anexo 17

Balanço Dezembro 2017

Câmara Municipal de Nova Friburgo

Contas	Saldo do Exercício	Movimento do Exercício		Saldo para Exercício
		Inscrição	Baixa	
CONSIGNAÇÕES	10.155,38	3.076.368,74	2.446.848,76	639.675,36
Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
CONCURSO PÚBLICO - CONTA ESPECIFICA P INSCRIÇÕES E TARIFAS	0,00	177.996,13	177.996,13	0,00
CONCURSO PÚBLICO - APLICAÇÕES	0,00	2.753,58	2.753,58	0,00
CONCURSO PÚBLICO - TARIFAS E TAXAS	0,00	16.103,19	16.103,19	0,00
CONCURSO PÚBLICO - TRANSFERÊNCIA INICIAL PARA ABERTURA DE CO	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PARTIDÁRIAS - PSDC	0,00	8.560,92	8.560,92	0,00
CONTRIBUIÇÕES PARTIDÁRIAS - DEM	0,00	9.272,75	9.272,75	0,00
CONTRIBUIÇÕES PARTIDÁRIAS - PDT	0,00	6.075,25	6.075,25	0,00
CONTRIBUIÇÕES PARTIDÁRIAS - PHS Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PARTIDÁRIAS - PMDB	0,00	9.314,19	9.314,19	0,00
CONTRIBUIÇÕES PARTIDÁRIAS - PRP	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PARTIDÁRIAS - PSC	0,00	1.136,64	1.136,64	0,00
CONTRIBUIÇÕES PARTIDÁRIAS - PSD	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PARTIDÁRIAS - PSDB	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PARTIDÁRIAS PHS Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PARTIDÁRIAS PP	0,00	7.034,50	7.034,50	0,00
CONTRIBUIÇÕES PARTIDÁRIAS PRB	0,00	17.161,19	17.161,19	0,00
DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PHS	0,00	0,00	0,00	0,00
Diversos - Estorno de Retenções	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVIDENDOS LEGISLATIVO	0,00	99.089,62	99.089,62	0,00
EMPRÉSTIMO IMOBILIÁRIO - CEF	0,00	3.409,50	3.409,50	0,00
Empréstimo por consignação - Banco do Brasil	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS POR CONSIGNAÇÃO	0,00	6.207,87	6.207,87	0,00
Empréstimos por Consignação - CEF	0,00	148.759,52	148.759,52	0,00
Estornos diversos	0,00	1.190,80	1.190,80	0,00
Franquias e Multas de Trânsito	0,00	1.831,60	1.831,60	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL- RPPS	0,00	182.811,43	182.811,43	0,00
Fundo Mun. Previdência Social - RPPS Retido da Incorporação	0,00	12.967,36	12.967,36	0,00
GS - PLANO GLOBAL DE SAÚDE	0,00	184.492,75	184.492,75	0,00
Incorporação de Pessoal Decisão Judicial - PMNF	10.155,38	76.066,13	76.066,10	10.155,41
INSS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	0,00	619.349,79	619.349,79	0,00
IRRF - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	0,00	785.549,04	785.549,04	0,00
ISS-Legislativo	0,00	6.405,41	6.405,41	0,00
JUROS DE MORA	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTA POR ATRASO DE PAGAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigação Patronal com RPPS - Incorporação Decisão Judicial	0,00	19.840,18	19.840,18	0,00
PENSÃO JUDICIAL	0,00	11.244,00	11.244,00	0,00
PREV - TRAJANO - INSTITUTO DE PREV DOS SERV PÚB DO MUN DE TRAJA	0,00	2.013,36	2.013,36	0,00
RECEITAS DIVERSAS	0,00	206,10	206,10	0,00
Recolhimento de taxas, tarifas e outros.	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUNERAÇÃO SOBRE AÇÕES DE TELEFONIA	0,00	20,67	20,67	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIO 2017	0,00	629.519,95	0,00	629.519,95
Retenção de Impostos de Renda - IRRF da Incorporação	0,00	28.852,63	28.852,63	0,00
Seguro Sinistro	0,00	0,00	0,00	0,00
TELEFONIA FIXA	0,00	132,69	132,69	0,00
TELEFONIA MÓVEL CELULAR	0,00	0,00	0,00	0,00

23/03/2018 15:04:19

Câmara Municipal de Nova Friburgo
Walter Inacio da Silva
DIRETOR DE CONTABILIDADE
Téc. em Contabilidade
CRC-RJ 041086/O-7

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO



Alexandre Cruz
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Nova Friburgo



Natácha Cereja Gambini
TESOURARIA
MATR 349



CAMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Rua Farinha Filho, 50
Centro
NOVA FRIBURGO
RJ

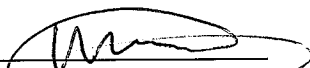
LEI Nº 4.320/64


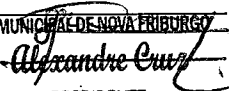
Demonstrativo da Dívida Flutuante - Anexo 17

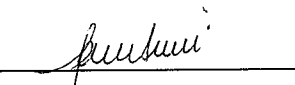
Balanco Dezembro 2017

Câmara Municipal de Nova Friburgo

Contas	Saldo do Exercício	Movimento do Exercício		Saldo para Exercício
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR	344.990,67	0,00	344.990,67	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIO 2014	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIO 2015	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIO 2016	344.990,67	0,00	344.990,67	0,00
TOTAL GERAL	355.146,05	3.076.368,74	2.791.839,43	639.675,36


Câmara Municipal de Nova Friburgo
Walter Inacio da Silva
DIRETOR DE CONTABILIDADE
Téc. EM CONTABILIDADE
CRC-RJ 041086/O-7


CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

PRESIDENTE


Câmara Municipal de Nova Friburgo
Natácha Cereja Gambini
TESOURARIA
MATR 349



Câmara Municipal de Nova Friburgo

Estado do Rio de Janeiro

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal de Nova Friburgo, exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Embasamento Legal: Lei 4.320/64; NBCASP; Parte V – DCASP, 7ª Ed. MCASP; NBC/CFC, Deliberações TCE-RJ nº 277/17, com seus anexos e quadros e legislação correlata.

NOTA EXPLICATIVA Nº 12

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE Anexo XVII - da Lei nº 4.320/64

O Anexo XVII – Demonstrativo da Dívida Flutuante apresenta um saldo de R\$ 639.675,36 (seiscentos e trinta e nove mil, seiscentos e setenta e cinco reais e trinta e seis centavos), devidamente provisionados como se constata no balanço Financeiro. Os Valores estão assim distribuídos:

Valor (R\$)	Status	Descrição
629.519,95	Suficiência financeira	Restos a pagar não Processados de 2017
10.155,41	Depósitos restituíveis de valores vinculados	Incorporação de servidores efetivos - decisão judicial - Processo nº 0006926.08.2005.19.0037 - 3ª Cível da Comarca de Nova Friburgo.
TOTAL: 639.675,36		

RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS E EXTRAORÇAMENTÁRIAS

Destaca-se, a princípio, que o Município possui regime próprio de previdência Social e as receitas/despesas derivam de obrigações patronais, amortização do déficit atuarial (Revogada pela L.M. 4.300/14) e de parcelamento de débito, este último inexistente no âmbito do Legislativo, que por seu turno, não possui receitas próprias, lastreando suas despesas com o duodécimo constitucional repassado pelo Executivo Municipal.

REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA – NOVA FRIBURGO ¹ RECOLHIMENTO (11%)		
INSCRIÇÃO		BAIXA
182.811,43		182.811,43
12.967,36 ²		12.967,36
TOTAL	195.778,79	195.778,79
REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA – NOVA FRIBURGO PATRONAL (16,83%)		
EXERCÍCIO		DISPÊNDIO
2017		271.671,44
2017		19.840,18 ³
TOTAL		291.511,62

¹ Fonte: Anexo XVII da Lei 4.320/64.

² RPPS sobre incorporação paga a servidores efetivos em função de decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0006926.08.2005.19.0037 - 3ª Cível da Comarca de Nova Friburgo, no qual restou ao Município parte vencida.

³ Patronal sobre incorporação paga a servidores efetivos em função de decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0006926.08.2005.19.0037 - 3ª Cível da Comarca de Nova Friburgo, no qual restou ao Município parte vencida.





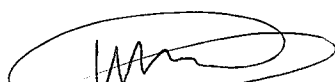
Câmara Municipal de Nova Friburgo

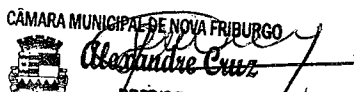
Estado do Rio de Janeiro

Além do repasse, houve, também, ingressos derivados de aplicações financeiras, remuneração sobre ações de telefonia, inscrições de Concurso Público e outras identificadas abaixo. Ainda que algumas possam ter classificações distintas, foram preservadas e encaminhadas, em sua integralidade, ao Executivo no término de exercício, conforme Ofício nº 22/Contab/2017.

INGRESSOS	
ORIGEM	VALOR (R\$)
Somatório anual do duodécimo mensal, conforme Art. 29- A da CF;	14.853.739,83
Inscrições, deduzidas das taxas e tarifas, de conta exclusiva para o Concurso Público da Câmara Municipal de Nova Friburgo.	160.892,94
Rendimento apurado da conta aplicação exclusiva para o Concurso Público da Câmara Municipal de Nova Friburgo.	2.753,58
Estorno de valor depositado para abertura de conta exclusiva para o Concurso Público da Câmara Municipal de Nova Friburgo.	1.000,00
Remuneração sobre ações da Telefônica Brasil S/A	20,67
Receitas Diversas	206,10
Rendimento de Aplicações Financeiras Banco do Brasil	90.010,83
Rendimento de Aplicações Financeiras Caixa Econômica Federal	5.433,39
Rendimento de Aplicações Financeiras Banco do Brasil	3.439,01
Rendimento de Aplicações Financeiras Caixa Econômica Federal	206,39
	15.117.702,74

DISPÊNDIOS	
ORIGEM	VALOR (R\$)
Despesas Orçamentárias	13.476.385,81
Devolução de recursos orçamentários do Exercício de 2017	1.377.354,02
Inscrições, deduzidas das taxas e tarifas, de conta exclusiva para o Concurso Público da Câmara Municipal de Nova Friburgo.	160.892,94
Rendimento apurado da conta aplicação exclusiva para o Concurso Público da Câmara Municipal de Nova Friburgo.	2.753,58
Estorno de valor depositado para abertura de conta exclusiva para o Concurso Público da Câmara Municipal de Nova Friburgo.	1.000,00
Remuneração sobre ações da Telefônica Brasil S/A	20,67
Receitas Diversas	206,10
Rendimento de Aplicações Financeiras Banco do Brasil	90.010,83
Rendimento de Aplicações Financeiras Caixa Econômica Federal	5.433,39
Rendimento de Aplicações Financeiras Banco do Brasil	3.439,01
Rendimento de Aplicações Financeiras Caixa Econômica Federal	206,39
	15.117.702,74


Câmara Municipal de Nova Friburgo
Walter Inacio da Silva
DIRETOR DE CONTABILIDADE
TÉC. EM CONTABILIDADE
CRC-RJ 041086/O-7

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ALEXANDRE CRUZ
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Nova Friburgo
Natacha Cereja Gambini
TESOURARIA
MATR 349
